



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08148017520198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALESSANDRO BEZERRA SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa.

PARECER DE PERICIA MEDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3170282352	Cidade: Boa Vista	Natureza: Invalidez Permanente
Vítima: ALESSANDRO BEZERRA SANTOS	Data do acidente: 14/09/2016	Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER

Diagnóstico: Fratura de fêmur direito

Descrição do exame médico pericial: Bloqueio articular de fêmur direito, acarretando perda parcial da amplitude do movimento de membro inferior direito

Resultados terapêuticos: A vítima foi submetida a tratamento cirurgico da fratura e não realizou tratamento fisioterápico. Evoluiu com consolidação das lesões e obteve alta médica 10/09/2017, sem indicação de qualquer tipo de terapia complementar.

Sequelas permanentes: Incapacidade funcional leve de membro inferior direito

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 22/11/2017

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Em que pese a manifestação do perito, é indiscutível pelo análise do EP. 49, que a vítima foi submetida à perícia médica, sendo o laudo acostado no referido evento.

Trecho do laudo com a indicação lesão sofrida:

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região (ões) corporal (is) encontrada (m) e acometida (s);

Coxa (D)

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas da fase aguda do trauma.

Trauma de natureza não puner (D)
Tratamento em curso da

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

em curso

Trecho do laudo com gradação:

Segmento Anatómico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão	
<u>MIE</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input checked="" type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	
	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão	
	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Verifica-se, no laudo apresentado, divergência à lesão já que em que pese a lesão tenha sido no MEMBRO INFERIOR DIREITO, ao final acabou por apontar gradação para o MIE, contudo, diante de tudo o que dos autos consta pode se tratar de mero erro material, até porque se assim não fosse a invalidez não teria qualquer relação de nexa causal.

Ocorre que, considerando tratar-se de erro material, o laudo pericial ratificaria o adimplemento da obrigação com a liquidação do sinistro na esfera administrativa, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da prova pericial corresponde ao pagamento efetuado administrativamente na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, razão pela qual requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Caso assim não entenda, requer a intimação do perito para que esclareça a questão, qual seja o possível erro material apontado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 4 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR